

IMPLANTANDO O CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE EM SÃO PAULO

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS, DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

INÍCIO DA EXPERIÊNCIA: 06/2010

Introdução e Justificativa

Em dezembro de 2009, o Ministério da Saúde (MS) lançava o **Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS)**, por meio da Portaria nº 3.189 com o objetivo de qualificar e/ou habilitar os trabalhadores em cursos de Educação Profissional para o SUS, apostando inicialmente na formação técnica em quatro áreas— Vigilância em Saúde, Radiologia, Citopatologia e Hemoterapia.

O Técnico em Vigilância em Saúde é um profissional de nível médio presente no conjunto de trabalhadores do SUS, que realiza ações de prevenção e promoção da saúde articuladas no território, no campo da Vigilância em Saúde, reconhecendo as condições que ocasionam riscos e agravos à saúde, com vistas à melhoria das condições de vida da população.

A formação do Técnico em Vigilância em Saúde (TVS) está fundamentada nos princípios filosóficos e organizacionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e deve atender às responsabilidades e competências do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (SINVS) e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (Sinavisa), conforme os objetivos do PROFAPS e observada as bases políticas e legais da Política Nacional de Educação (PNE).

A inserção transversal e descentralizada da Vigilância em Saúde na cidade de São Paulo implica na avaliação da situação de saúde dos territórios locais/regionais incluindo análise de tendência, fatores condicionantes e determinantes, situações de

vulnerabilidade e suscetibilidade de grupos populacionais e do meio ambiente. Integra as equipes na gestão e no planejamento da atenção, vigilância e promoção à saúde e na articulação de ações coletivas, incluindo as relacionadas ao meio ambiente, implementando a estratégia de gerenciamento do risco individual e coletivo.

É neste contexto que o Curso de Formação do Técnico em Vigilância em Saúde (TVS) tem sido uma das estratégias para fazer chegar ao território essas ações de Vigilância em Saúde.

Objetivo Geral

Formar Técnicos em Vigilância em Saúde no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde por meio de uma parceria entre a Escola Municipal de Saúde/ETSUS-SP e a Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA.

Objetivos Específicos

- Oferecer Curso Técnico em Vigilância em Saúde a Agentes de Apoio Segmento: Zoonoses, profissionais que atuam no território desempenhando ações de Vigilância em Saúde Ambiental e Controle de Zoonoses, objetivando a ampliação de seu conhecimento e a qualidade de sua atuação;
- Contribuir para a ampliação da visão da Vigilância em Saúde e para sua consolidação dentro do Sistema Municipal de Saúde por meio da qualificação dos profissionais que participarão em todas as etapas da realização do curso.

Metodologia

Em junho de 2010 a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, por meio da Coordenação de Gestão de Pessoas e da Coordenação de Vigilância em Saúde (COVISA) elaborou a proposta de formação do Técnico em Vigilância em Saúde para apreciação e autorização do Ministério da Saúde.

Profissionais da COVISA, das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) e da Escola Municipal de Saúde/Escola Técnica do SUS (ETSUS-SP) formaram um Grupo de Trabalho com a finalidade de construir o plano de curso e o currículo, colaborar no embasamento teórico dos docentes, e também para atuar no monitoramento e avaliação de todo o processo.

O conteúdo apresentado no curso estimula cada vez mais os alunos para que conheçam, analisem, monitorem e possam intervir sobre os determinantes do processo saúde-doença, aprimorando sua atuação na prevenção e controle dos agravos e assim promover a melhoria da saúde da população.

A metodologia empregada no curso prevê um processo participativo, onde os alunos são sujeitos ativos na construção do conhecimento e das práticas sociais, buscando a formação de um profissional cujas potencialidades estejam assentadas nas diferentes dimensões da competência humana: ética, comunicativa e técnica.

O Curso Técnico em Vigilância em Saúde foi estruturado com uma carga horária mínima de 1.200 horas, conforme Resolução CNE/CEB nº. 04/99. Foi aprovado e autorizado sob Parecer do Conselho Municipal de Educação – CME 220/11.

Em novembro de 2011 e maio de 2012 foram iniciadas turmas regionalizadas, com 214 e 184 alunos, respectivamente. Os docentes são, preferencialmente, profissionais do quadro de servidores da SMS.

Em março de 2013 teve início um processo de avaliação e monitoramento do Curso Técnico de Vigilância em Saúde por meio da contratação de uma consultoria, com a participação de vários profissionais do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde e da Escola Municipal de Saúde, com o objetivo de monitorar o processo de ensino-aprendizagem e o desempenho dos alunos no serviço antes, durante e após o término do curso, medindo o impacto do mesmo sobre a atuação desse profissional.

Resultados

Em 12 de maio de 2014, os primeiros 184 Técnicos em Vigilância em Saúde se formaram na cidade de São Paulo, uma vitória para EMS, COVISA, SUVIS e seus profissionais. 159 alunos continuam em curso, divididos em 7 turmas nas Escolas Municipais de Saúde Regionais, situadas na área de abrangência das Coordenadorias Regionais de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.

Considerações Finais

Os resultados do processo de avaliação do curso trazem a certeza de que o caminho trilhado até agora alcançou os objetivos propostos no início de proporcionar ampliação do conhecimento dos alunos na área de Vigilância em Saúde trazendo a melhoria na qualidade de sua atuação em serviço.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Técnico em vigilância em saúde: diretrizes e orientações para a formação / Ministério da Saúde**. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

LUIZ, O. C. E KAYANO, J. Saúde e Direitos: Princípios para a Ação. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v.12, n.2, p.115-121, ago.2010.